

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Psicologia e de Ciências

REAÇÃO AO DESVIO ENDOGRUPAL
O EFEITO DO VALOR DO GRUPO E DO DESEMPENHO DOS SEUS
MEMBROS

Sara Martinho Teixeira
Outubro 2013

Sara Martinho Teixeira
Presidente: Doutora Sandra Cristina da Silva Reis
Torres
Arguente: Doutor António José Miguel Cameira
Orientadora: Doutora Isabel Maria Rocha Pinto
Classificação: 16 valores

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade
do Porto, orientada pelo Professor Doutor **Isabel Rocha Pinto**
(F.P.C.E.U.P.).

RESUMO

Nesta investigação, integramos a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1974), a Dinâmica de Grupos Subjetiva (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001) e Teorias das Atribuições Causais (Kelly & Michaela, 1980; Hewstone, Jaspars, & Lalljee, 1982; Hewstone, 1990; Dechamps, 1997), no sentido de estudar o impacto do valor de um grupo na estrutura social (positivo vs negativo) e do desempenho (positivo vs negativo) de membros alvo (normativo e desviante) na reação ao desvio endogrupal. Assim, efetuamos um estudo experimental com alunos do ensino secundário (N = 119), e pedimos-lhes que avaliassem a sua escola e outra escola do concelho, relativamente aos resultados obtidos por estas nos exames nacionais. Para tal, avaliaram dois alunos com opiniões e atitudes distintas face à escola à qual pertenciam, mas que tinham obtido o mesmo resultado nos exames nacionais. Posteriormente, pedimos também que indicassem quais as explicações subjacentes a esses resultados e se incluíam ou excluíam esses alunos. Consistente com o erro derradeiro da atribuição (Pettigrew, 1977 citado em Dechamps, 1997), os resultados evidenciam que, a atribuição de causas internas está mais evidente quando os membros alvos têm um desempenho positivo e que, pelo contrário, a atribuição de causas externas está mais saliente quando o desempenho destes é negativo, independentemente dos alvos serem descritos como normativos ou desviantes. Constatamos ainda que os participantes estão mais predispostos a incluir o desviante quando o endogrupo apresenta um valor negativo do que quando apresenta um valor positivo na estrutura social. Os resultados são discutidos à luz das teorias que serviram de suporte ao estudo.

Palavras-chave: identidade social, reação ao desvio, valor grupal, desempenho, atribuição, inclusão, exclusão

ABSTRACT

In this investigation, we articulate between Social Identity Theory (Tajfel, 1974), Subjective Group Dynamics (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001) and Causal Attribution Theories (Kelly & Michaela, 1980; Hewstone, Jaspars, & Lalljee, 1982; Hewstone, 1990; Dechamps, 1997), with the purpose of studying the impact of the value of a group in a social structure (positive vs. negative) and the performance (positive vs. negative) of target members (normative and deviant), on the reaction to in-group deviance. Therefore, we developed an experimental study with high school students ($N = 119$), and we asked them to evaluate their school and a rival one, in respect with the results obtained by these schools in the national exams. In order to do this, they evaluated two students with different opinions and attitudes towards their school, but had the same results in the exams. Then, we asked them to indicate the explanations they thought to be underlying these results and if they would include or exclude these students. Consistent with the ultimate attribution error (Pettigrew, 1977 cit in Dechamps, 1997), we found that internal attributions are more evident when the in-group members have a positive performance and, on the contrary, external attributions are more salient when in-group members have a negative performance, regardless the targets are described as normative or deviant. We also found that participants are more willing to include deviant in-group members when the in-group has a negative value compared to when the in-group has a positive value in the social structure. The results are discussed in line with the theories that grounded the study.

Keywords: social identity, reaction to deviance, group value, performance, attribution, inclusion, exclusion

RESUMÉ

Dans ce investigation, nous articulons la théorie de l'identité (Tajfel, 1974), le modèle de la dynamique de groupes subjectif (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001) et les théories d'attributions causales (Kelly & Michaela, 1980; Hewstone, Jaspars, & Lalljee, 1982; Hewstone, 1990; Dechamps, 1997), pour étudier le impact du valeur d'un groupe en la structure sociale (positif vs. négative) et le accomplissement (positif vs. négative) de membres cible en la réaction au déviation endogroupale. Ainsi, nous avons fait un étude dans un établissement d'enseignement secondaire (N = 119), et nous avons demandé aux élèves pour évaluer votre école et une autre école, relativement aux résultats obtenu dans les tests nationaux. Postérieurement, nous avons invités les participants à indiquer quelles explications sont subjacents ces résultats, et si ces élèves devraient être ciblés pour l'inclusion ou bien pour l'exclusion. Conformément à l'erreur ultime d'attribution (Pettigrew, 1977 cité dans Dechamps, 1997), nous avons constaté, que l'attribution des causes internes est plus evident quand les membres-cible ont une positif accomplissement et que, au contraire, l'attribution des causes externs est plus saillant quand ils ont negative résultats, indépendamment si les ciblés sont décrits comme normative ou deviants. Nous avons plus noté, que les participants sont plus susceptible à l'inclusion du membre deviant quand l'endogroupe a une negative classification que quand il a une positif classification. Les résultats sont discutés en accord avec les theories qui soutenu cette étude.

Mots-clés: identité sociale, réaction au deviation, valeur de groupe, accomplissement, attribution, inclusion, exclusion

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Isabel Rocha Pinto, pelo “puxão de orelhas” no momento certo, pela constante motivação, paciência (que foi muita) e dedicação à minha pessoa, mas fundamentalmente por ter possibilitado o meu crescimento académico e pessoal.

Às colegas de Mestrado, Ana Maçãs, Mariana Vilaça, Jennifer Lech e Maria Pinho, por terem partilhado comigo estes últimos dois anos de percurso, onde foram partilhados tantos momentos de aprendizagem, mas sobretudo de diversão.

À Professora Ana Maria Cortez, enquanto membro do Conselho Pedagógico da Escola Secundária de Ermesinde, que mais uma vez se disponibilizou para me ajudar na realização deste estudo empírico.

À Lúcia Oliveira, Isabel Monteiro, Filipa Costa, Daniela Valente, Joana Costa e Teresa Pinheiro, que durante estes cinco anos de jornada me apoiarem em todas as ocasiões, me aturarem nos meus momentos de loucura e que, fundamentalmente se tornaram amigas para a vida. Obrigada.

À Ana Ferreira. Em ti encontrei mais que uma amiga, encontrei uma irmã para o resto da vida. Um muito obrigada de coração por tudo: por seres a minha confidente, a minha *partner in crime*, o meu porto de abrigo, mas mais que tudo, obrigada por seres quem és.

À minha família, que foi ao longo deste percurso uma forte fonte de motivação e apoio incondicional. Obrigado por tudo o que me proporcionaram (e continuam a proporcionar) ao longo da minha vida.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	ABORDAGEM À IDENTIDADE SOCIAL	3
2.1	TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL.....	3
2.1.1	<i>Contínuum interpessoal-intergrupar</i>	<i>3</i>
2.1.2	<i>Identidade Social</i>	<i>4</i>
2.1.3	<i>Componente cognitiva da identidade social: Categorização Social.....</i>	<i>4</i>
2.1.4	<i>Componente avaliativa da identidade social: Comparação social.....</i>	<i>4</i>
2.1.5	<i>Componente emocional da identidade social.....</i>	<i>5</i>
2.2	ESTRUTURA SOCIAL	5
2.2.1	<i>Estratégias Individuais: Mobilidade Social</i>	<i>6</i>
2.2.2	<i>Estratégias Coletivas: Mudança Social</i>	<i>6</i>
3	ABORDAGEM À DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA	8
3.1	O EFEITO OVELHA NEGRA E O FAVORECIMENTO ENDOGRUPAL	8
3.1.1	<i>Efeito ovelha negra: A hipótese.....</i>	<i>9</i>
3.2	DINÂMICAS DE GRUPO SUBJECTIVA	9
3.3	NORMAS DENOTATIVAS E PRESCRITIVAS	10
3.3.1	<i>Normas Denotativas</i>	<i>11</i>
3.3.2	<i>Normas Prescritivas</i>	<i>11</i>
3.4	REAÇÕES AO DESVIO: ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO VS. EXCLUSÃO.....	12
3.4.1	<i>Aceitação</i>	<i>13</i>
3.4.2	<i>Punição.....</i>	<i>13</i>
3.4.3	<i>Ostracismo.....</i>	<i>14</i>
3.4.4	<i>Marginalização.....</i>	<i>14</i>
4	TEORIA DA ATRIBUIÇÃO CAUSAL	16
4.1	ANTECEDENTES, ATRIBUIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS	16
4.2	LOCUS DE CONTROLO: CAUSALIDADE INTERNA VS. EXTERNA	16
4.3	ATRIBUIÇÕES: SUCESSO VS. INSUCESSO	17
4.4	O ERRO DERRADEIRO DA ATRIBUIÇÃO	18
4.4.1	<i>O erro derradeiro da atribuição: abordagem da identidade social</i>	<i>18</i>
4.4.2	<i>Atribuições causais e motivações identitárias: Perspetiva da DGS</i>	<i>19</i>

5	ESTUDO.....	21
5.1	VISÃO GERAL DOS ESTUDOS E HIPÓTESES	21
5.2	MÉTODO.....	22
5.2.1	<i>Participantes</i>	22
5.2.2	<i>Plano Experimental</i>	23
5.2.3	<i>Procedimento</i>	23
5.2.4	<i>Medidas Dependentes</i>	24
5.3	RESULTADOS	27
5.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
6	CONCLUSÃO.....	33
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
8	ANEXOS	40

1 Introdução

Quando falamos de desvio na sociedade, lembramo-nos de imediato de casos de corrupção em meios como o da política e do futebol, e até mesmo de incidentes de pedofilia no seio da igreja. Tomando o exemplo do meio futebolístico, porque é que quando um jogador de futebol apresenta um baixo rendimento, os adeptos o insultam? Será que quando a equipa deste jogador tem uma classificação positiva, a reação ao seu baixo rendimento será tão negativa como quando a equipa tem uma classificação negativa? Este estudo foca a sua análise precisamente sobre o efeito do desempenho de um indivíduo e o desempenho do grupo ao qual pertence, sobre a avaliação do desvio. O nosso contexto teórico insere-se na abordagem da identificação social, nomeadamente na teoria da identidade social, e no modelo da dinâmica de grupos subjetiva. Recorremos ainda à teoria da atribuição causal, com o objetivo de perceber que tipo de atribuições fazem ao bom vs mau desempenho de desviantes no seio do grupo.

Nos capítulos 2, 3 e 4, desenvolvemos o enquadramento teórico que fundamenta esta investigação. Começamos por abordar a teoria da identidade social, onde descrevemos o conceito de identidade social, bem como as componentes que lhe estão subjacentes: cognitiva, avaliativa e emocional (Tajfel, 1974). Ainda nesta secção, remetemos para o conceito de estrutura social (Tajfel & Turner, 1979), abordando o estatuto dos grupos (Lorenzi-Cioldi, 1991) e as estratégias de mobilidade e mudança social (Ellemers et al., 1988; Jackson et al., 1996). No Capítulo 3, abordamos a dinâmica de grupos subjetiva. Aqui, falamos de um tópico essencial à nossa investigação: o desvio no seio grupal e a reação que este suscita por parte dos outros membros do grupo, que procuram o alcance ou a manutenção de uma identidade social positiva (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001; Marques, Páez, & Abrams, 1988 e Marques, 2000). Por último, no Capítulo 4, descrevemos o essencial das teorias das atribuições causais para o nosso estudo, dando um importante relevo ao erro derradeiro da atribuição (Pettigrew, 1977 citado em Dechamps, 1997) para a explicação de comportamentos indesejáveis (Taylor & Jaggi, 1982 citado em Hewstone, 1990) e de bons desempenhos (Hewstone, Jaspars, & Lalljee, 1984).

O capítulo 5 diz respeito à descrição do estudo. A ideia subjacente a esta investigação passa por analisar o efeito do valor de um grupo e do desempenho dos seus membros na reação ao desvio endogrupal. Por outras palavras, procuramos saber se a

avaliação, bem como a predisposição para incluir/excluir um desviante endogrupal é influenciada pelo valor positivo/negativo do grupo e o desempenho positivo/negativo do próprio desviante. Dado que abordamos o desempenho enquanto uma contribuição dos membros endogrupais para o valor do grupo, procuramos também averiguar as causas, internas ou externas, que explicam esse desempenho.

Para terminar, na conclusão, descrevemos de forma sucinta os resultados encontrados nesta investigação, enquadrando-os com a literatura revista anteriormente. Por fim, são apontados alguns aspetos do estudo que, do nosso ponto de vista, poderiam ter sido executados de outra forma e, por isso, os definimos como aspetos a ter em consideração em futuras investigações. Ainda na lógica de estudos que venham a ser realizados nesta linha de raciocínio, deixamos aqui sugestões de outros contextos onde se possa dar continuidade a esta investigação.

2 Abordagem à Identidade Social

A teoria da identidade social (TIS) surge pelas mãos de Tajfel no início dos anos 60, quando este começou a sua investigação acerca do preconceito (citado em Hogg & Williams, 2000). Desenvolvida por Turner no início dos anos 80 (Hogg & Abrams, 1999), a teoria da auto-categorização (TAC) resulta de desenvolvimentos feitos a partir da TIS (Hogg & Williams, 2000). Em conjunto, estas teorias têm descrito os aspetos cognitivos, valorativos e emocionais subjacentes ao julgamento grupal e ao comportamento (Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001). Neste capítulo, é do nosso interesse abordar de forma mais aprofundada apenas a TIS, identificando e descrevendo conceitos e processos que lhe estão subjacentes.

2.1 Teoria da Identidade Social

Esta teoria pressupõe que os grupos e as relações intergrupais influenciam a perceção e o comportamento através do processo de categorização social. A pertença a vários grupos sociais é determinante para o indivíduo, pois as características dos grupos nos quais estamos integrados são-nos também reconhecidas. Por conseguinte, somos mais facilmente reconhecidos enquanto membros desses grupos (Abrams, De Moura, Hutchinson, & Viki, 2005). Para compreender melhor este processo, em seguida vamos aprofundar esta teoria, descrevendo em detalhe alguns conceitos, entre os quais os de identidade social e categorização social, acima mencionados.

2.1.1 Contínuum interpessoal-intergrupar

O comportamento social define-se de acordo com um contínuum caracterizado por dois pólos extremos: o interpessoal e o intergrupar. Enquanto que no extremo interpessoal se dá uma interação que está determinada pelas relações interpessoais e pelas características singulares dos dois ou mais indivíduos que intervêm na interação, no extremo intergrupar observam-se interções entre grupos de indivíduos, determinadas pelo sentimento de pertença destes a diversos grupos sociais (Tajfel & Turner, 1979). Por outras palavras, no pólo interpessoal age-se de acordo com o *self* e no pólo intergrupar age-se em conformidade com o grupo (Tajfel, 1974). Porém, na realidade do dia-a-dia é quase impossível verificar comportamentos que se definam em ambas as extremidades (Tajfel & Turner, 1979), pois qualquer ação social é sempre influenciada pela pertença de um

indivíduo a um grupo social e qualquer ação tomada em conformidade com a pertença grupal incluirá sempre aspetos característicos do próprio indivíduo (Tajfel, 1974).

2.1.2 Identidade Social

A identidade social pode ser definida como “ o conhecimento que um indivíduo tem de que pertence a certos grupos sociais juntamente com o valor e significado emocional que a pertença a esses grupos tem para ele” (Tajfel, 1972a, p.292 citado em Hogg, & Williams, 2000). Por outras palavras, podemos entender a identidade social como a perceção que o indivíduo tem do seu *self* enquanto membro de um conjunto de grupos sociais, bem como o significado emocional que a pertença a esses mesmos grupos comporta (Turner, 1999). A construção desta definição baseia-se nos seguintes pressupostos: 1) as pessoas ambicionam alcançar ou manter uma identidade social positiva; 2) uma identidade social positiva, por sua vez, estabelece-se em grande parte através de comparações favoráveis entre o endogrupo e exogrupos relevantes e 3) quando a identidade social é comprometida, as pessoas procuram deixar o grupo por outro que lhe garanta uma identidade social positiva e/ou procuram fazer do seu grupo, um grupo social positivamente distinto (Tajfel & Turner, 1979).

2.1.3 Componente cognitiva da identidade social: Categorização Social

A categorização social é um processo sociocognitivo que permite ao indivíduo ordenar o seu contexto social em categorias ou grupos sociais que são significativos para si (Hogg, Terry, & White, 1995; Tajfel, 1974). Por outras palavras, a categorização social agrega objetos sociais ou eventos equivalentes entre si, no que diz respeito às suas acções, intenções, atitudes e sistema de crenças (Tajfel, 1974). O processo de categorização parece estar associado com o princípio de acentuação que, por sua vez, postula que a categorização de estímulos implica que estímulos agrupados em determinada categoria são percebidos como mais semelhantes do que na realidade são – semelhanças intracategoriais – e que estímulos agregados em categorias distintas sejam percebidos como mais diferentes do que são na realidade – diferenças intercategoriais –, em contextos relevantes no processo de categorização (Hogg & Abrams 1999).

2.1.4 Componente avaliativa da identidade social: Comparação social

Segundo Festinger (1954 citado em Tajfel, 1974), o processo de comparação social dá-se numa dimensão individual, onde os indivíduos se comparam com outros indivíduos –

estamos perante uma comparação intragrupal. No entanto, dado que em sociedade todos os grupos sociais convivem entre si (Tajfel, 1972a, pp. 293-294 citado em Hogg & Williams, 2000), só é possível retirar significado de uma identidade social positiva e do valor social que advém da pertença a um grupo específico, quando o comparamos com outros grupos relevantes – estamos perante uma comparação intergrupala (Tajfel, 1972a, pp. 294 citado em Hogg & Williams, 2000). Neste contexto, o foco das comparações sociais incide sobre a procura de uma distintividade entre o grupo ao qual pertencemos e outros grupos relevantes (Tajfel, 1972a, pp. 296 citado em Hogg & Williams, 2000). De acordo com Turner, Brown e Tajfel (1979), a comparação social serve funções de auto-estima e de imagem, ou seja, as pessoas procuram alcançar uma imagem positiva de si próprias, bem como aumentar ou manter as respetivas auto-estimas. Tal acontece se pertencerem a grupos sociais que estejam positivamente avaliados por comparação com outros grupos. Se assim for, as pessoas poderão retirar dessa comparação, uma identidade social positiva (*ibidem*, 1979).

2.1.5 Componente emocional da identidade social

Reportando à definição de identidade social, pertencer a grupos sociais comporta um significado emocional para os indivíduos (Tajfel, 1974). Quando um indivíduo se define como prototípico de determinada categoria social, esta pode despoletar em si uma variedade de sentimentos, por exemplo, por vezes sentimos orgulho em ser portugueses e, noutras situações, sentimos vergonha. Quando os grupos sociais despertam emoções negativas nos seus membros, estes tendem a menosprezar essa parte da sua identidade. Por outro lado, quando pertencemos a um grupo social que nos faz sentir felizes, a nossa identidade referente a essa categoria social continuará a ser reforçada (Stryker, 1987 citado em Stets, 2005).

2.2 Estrutura Social

O processo de diferenciação intergrupala surge de pressões exercidas sobre os grupos sociais para que se avaliem positivamente por comparação a outros grupos. Deste modo, o seu objetivo é que um grupo social mantenha ou alcance superioridade face a um exogrupo relevante em determinadas dimensões (Tajfel & Turner, 1979).

De acordo com Lorenzi-Cioldi (1988 citado em Lorenzi-Cioldi, 1991), pertencer a grupos dominantes ou dominados tem consequências cognitivas para a identidade social

dos indivíduos, e que saber da existência de ambos grupos na sociedade nos permite hierarquizarla. Este autor denomina os grupos dominantes e dominados de grupos coleção e agregados, respetivamente. Enquanto que os primeiros favorecem a distintividade pessoal e a diferenciação interpessoal, os segundos são constituídos por indivíduos que se definem fundamentalmente pelas características holísticas que diferenciam o seu grupo dos restantes e subordinam o endogrupo do exogrupo dominante. Indivíduos que pertencem a grupos coleção conseguem alcançar um valor positivo para as suas identidades pessoais (Tajfel, 1974), enquanto que nos grupos agregados os indivíduos detêm um estatuto social mais baixo e, como tal, sentem que a sua identidade social tem um valor negativo ou se encontra ameaçada (Tajfel & Turner, 1979). Na tentativa de alcançar uma identidade social positiva, procuram estratégias que os ajudem a atingir esse objetivo. Essas estratégias podem ser de dois tipos: individuais e coletivas (Jackson, Sullivan, Harnish, & Hodge, 1996).

A permeabilidade das fronteiras grupais constitui um fator importante na escolha da estratégia a recorrer quando se procura alcançar uma identidade social positiva (Ellemers, Knippenberg, Vries, & Wilke, 1988). Tajfel e Turner (1979) afirmam ser crucial perceber se determinada estrutura social é permeável ou não ao ponto de permitir a mobilidade de indivíduos entre grupos (citado em Ellemers et al., 1988).

2.2.1 Estratégias Individuais: Mobilidade Social

A mobilidade social refere-se à perceção sobre a estrutura social na qual existe a possibilidade dos indivíduos abandonarem o seu grupo para ingressar num outro que lhes proporcione um valor mais positivo. Para que tal aconteça, a estrutura dos grupos deve ser dotada de fronteiras permeáveis. Por outras palavras, a mobilidade individual constitui uma estratégia individual à qual os indivíduos recorrem quando a sua identidade social com o endogrupo é negativa e que resulta numa desidentificação com o grupo de origem (Ellemers et al., 1988).

2.2.2 Estratégias Coletivas: Mudança Social

Porém, quando as fronteiras do grupo são percecionadas pelos seus membros como impermeáveis (estrutura social de mudança social), estes vão ter de recorrer a outro tipo de estratégias que lhes permita valorizar a sua identidade social (Ellemers, et al., 1988). As estratégias representativas deste tipo de perceção sobre a estrutura social são a competição social e criatividade social (Jackson et al., 1996). Ambas têm como objetivo

alterar a posição do grupo na estrutura social, procurando alcançar um estatuto superior (*ibidem* et al., 1996).

Competição Social. É uma estratégia que tem como objetivo produzir mudanças concretas nos estatutos de endogrupo e exogrupo, envolvendo a mobilização dos membros endogrupais para uma confrontação com membros exogrupais que leve a uma alteração dos estatutos grupais (*ibidem*, 1996).

Creatividade Social. Consiste numa tentativa por parte dos membros do endogrupo de redefinir ou alterar os elementos da situação comparativa que lhe conferem uma identidade social negativa (Tajfel & Turner, 1979). Isto pode ser concretizado de várias formas: modificando o valor de uma dimensão claramente negativa, de modo a torná-la menos díspare do endogrupo (Jackson et al., 1996); efetuando a comparação intergrupar tendo em conta novas dimensões ou alterando o exogrupo com o qual nos comparamos, devendo evitar ou cessar quaisquer comparações com exogrupos que apresentem um estatuto superior (Tajfel & Turner, 1979). Neste conjunto de estratégias está também incluído o efeito ovelha negra, do qual falaremos no próximo capítulo.

3 Abordagem à Dinâmica de Grupos Subjectiva

O desvio é um processo intragrupal caracterizado por um afastamento em relação às normas de um grupo (Marques, 2000). Por outras palavras, consiste num afastamento intragrupal em relação aos padrões normativos de um grupo, permitindo que os seus membros se diferenciem positivamente face a exogrupos relevantes (*ibidem*, 2000). Esta ideia vai de encontro à abordagem da identidade social (*ibidem*, 2000), que define o desvio como um afastamento dos membros prototípicos do grupo face a normas legitimadoras de uma crença numa identidade social positiva (Marques & Páez, 1994; Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2000; Marques, Páez, & Abrams, 1988 citado em Marques, 2000). De seguida, descrevemos dois processos que lidam com o desvio intragrupal: o efeito ovelha negra e o favorecimento endogrupal.

3.1 O efeito ovelha negra e o favorecimento endogrupal

O conceito de favorecimento endogrupal tem as suas origens no paradigma dos grupos mínimos (Tajfel, 1970a; Tajfel et al., 1971 citado em Tajfel, 1974). Estes estudos objetivaram a criação de condições mínimas onde um indivíduo fosse capaz de distinguir entre endogrupo e exogrupo. Para tal, procurou-se eliminar variáveis que podessem conduzir a situações de favorecimento endogrupal (e.g. interações face a face). Os resultados demonstraram que há, por um lado, uma tendência para recompensar mais o endogrupo mas, por outro lado, uma preocupação ainda maior em alcançar uma máxima diferenciação em favor do endogrupo (Tajfel, 1974). O favorecimento endogrupal surge, deste modo, como uma estratégia para preservar a distintividade positiva dos endogrupos quando estes são comparados com outros grupos, ao nível comportamental e atitudinal, (Turner et al., 1979), podendo expressar-se de variadas formas (ver Capítulo I).

O efeito ovelha negra, fenómeno que evidencia uma melhor avaliação atribuída a membros desejáveis e a derrogação de membros indesejáveis do endogrupo, relativamente a membros semelhantes do exogrupo, é considerado uma expressão de favoritismo endogrupal (Marques, 1986, 1990 citado em Marques, Robalo, & Rocha, 1992). Segundo os autores, as pessoas ao diferenciar simultaneamente o endogrupo do exogrupo como um todo, e os membros desejáveis e indesejáveis do endogrupo, estão a legitimizar a sua crença numa identidade social positiva (Marques et al., 2001). Foi no sentido de observar e confirmar estes fenómenos, como processos de favoritismo endogrupal que, Marques e

colegas (1988) desenvolveram um conjunto de estudos que visaram a confirmação daquela que era a hipótese do efeito ovelha negra, bem como alguns dos seus contornos.

3.1.1 *Efeito ovelha negra: A hipótese*

O primeiro estudo incidiu apenas na comparação avaliativa de alunos agradáveis e desagradáveis de nacionalidades belga e norte-africanos, sendo que apenas os alunos belgas efectuaram essa mesma avaliação. Os resultados confirmaram a hipótese do efeito ovelha negra: os estudantes belgas agradáveis e desagradáveis foram avaliados favorável e desfavoravelmente, quando comparados com os respetivos estudantes norte-africanos (Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988).

Já o segundo estudo, revelou que as normas grupais são determinantes neste tipo de julgamentos. Marques e colegas (1988) modificaram o primeiro estudo no sentido de introduzir duas dimensões: numa a norma em avaliação era aplicada de igual forma para endo e exogrupo e, na outra, a norma em avaliação era relevante apenas para o endogrupo. Como seria de prever, foi nesta última condição que se observou uma maior extremidade de julgamentos, relativamente aos membros desejáveis e indesejáveis do endogrupo. Tal não se verificou com os respetivos exogrupais (*ibidem*, 1988).

Estes estudos apontam para o efeito ovelha negra como surgindo privilegiadamente em situações onde as dimensões normativas violadas pelos membros indesejáveis são relevantes para a identidade social dos indivíduos (*ibidem*, 1988). Este efeito é então uma consequência da combinação de fatores cognitivos e motivacionais e da relevância que as normas têm dentro dos grupos (*ibidem*, 1988). Dada a importância das normas grupais, qualquer transgressão às mesmas põe em risco a identidade social dos indivíduos (Marques & Páez, 1994). Assim, o efeito ovelha emerge como uma estratégia para assegurar a crença numa identidade social positiva através da derrogação dos membros endogrupais indesejáveis, mas também da distinção entre endo e exogrupo (*ibidem*, 1994).

3.2 **Dinâmicas de Grupo Subjectiva**

O modelo das dinâmicas de grupo subjectiva combina os resultados da investigação desenvolvida sobre as reações ao desvio no seio dos pequenos grupos com a abordagem da identificação social (Marques, 2000). A partir da Figura 1 podemos constatar que os membros endogrupais que apoiam a superioridade relativa do endogrupo despoletam um estado de validade subjectiva do *self* social positivo (Marques, Páez, & Abrams, 1998). Já

os membros endogrúpaes cujos comportamentos e características contribuem negativamente para essa superioridade endogrupal, despoletam nos restantes membros endogrúpaes uma forte hostilidade (*ibidem*, 1998). Podemos afirmar que, enquanto que o comportamento dos primeiros explica os elogios atribuídos aos membros endogrúpaes agradáveis como acontece no efeito ovelha negra, já o comportamento dos segundos explica a derrogação dos membros desviantes do endogrupo (*ibidem*, 1998).

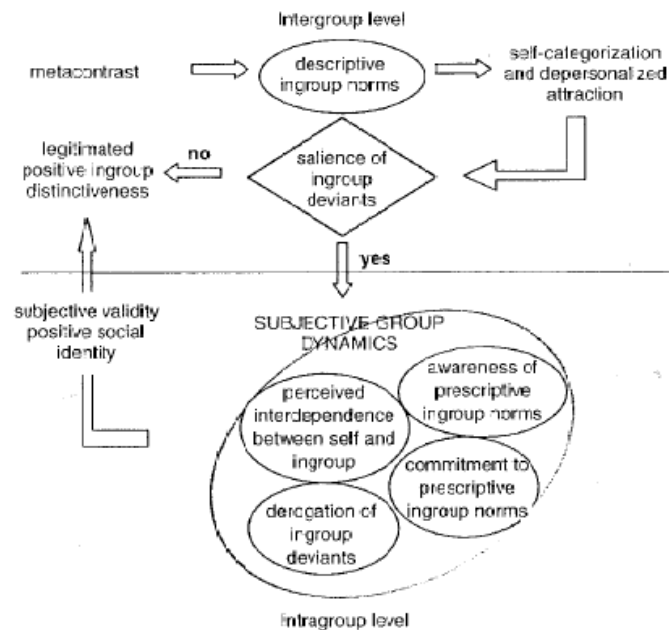


Figura 1. Um modelo de dinâmicas de grupo subjectiva. Retirada de Marques, Abrams, Páez, & Hogg (2001) e adaptada de Marques, Páez, & Abrams (1998)

Por conseguinte, este modelo postula que as pessoas procuram confirmar o valor positivo do endogrupo e, para isso, agem de acordo com duas motivações: maximizar e manter uma distintividade positiva do endogrupo em relação ao exogrupo e, simultaneamente, sustentar a validade dos padrões prescritivos do endogrupo (Abrams et al., 2005).

3.3 Normas Denotativas e Prescritivas

Podemos definir as normas enquanto proposições que prescrevem crenças, percepções, e comportamentos de membros grupais. Assim, quando se observa desvio no seio grupal, as pessoas vão tentar persuadir os desviantes a aderirem às normas grupais. Se o comportamento desviante para com estas normas persistir, os membros do grupo

revelarão alguma hostilidade para com os desviantes, e em última instância, rejeitam-nos ou redefinem as fronteiras grupais (Marques et al., 2001).

Contudo, as normas podem também ser perspectivadas enquanto padrões sobre os quais os membros endogrupais fundamentam os seus julgamentos (Forsyth, 1995 citado em Marques et al., 1998) sobre outros membros grupais. Assim, podemos falar de normas prescritivas, que legitimizam a superioridade do endogrupo e, ao mesmo tempo, são necessárias para a diferenciação intergrupar que, por sua vez, é assegurada pelas normas denotativas (Marques et al., 1998). Em seguida, descrevemos de forma mais pormenorizada estas normas.

3.3.1 Normas Denotativas

As normas denotativas servem funções descritivas, uma vez que definem os protótipos dos grupos, permitindo-nos diferenciar entre endogrupo e exogrupo. Estando implícitas no protótipo endogrupal, os membros dos grupos conformam-se a estas normas, na medida em que são consistentes com a sua identidade social. Por outras palavras, as pessoas focam-se numa imagem normativa partilhada do endogrupo que, conseqüentemente, gera um intercâmbio perceptual entre *self* e endogrupo e uma descontinuidade perceptual entre *self* e exogrupo, permitindo-lhes adquirir um sentido de distintividade das suas identidades sociais bem como uma validade subjetiva das crenças que associam às mesmas (Marques et al., 2001). Por exemplo, num jogo de futebol conseguimos distinguir os adeptos do nosso clube e os adeptos adversários através das cores das camisolas (Abrams et al., 2005). Deste modo, as normas denotativas refletem a pertença dos indivíduos aos grupos (*ibidem*, 2005).

3.3.2 Normas Prescritivas

No que diz respeito às normas prescritivas, estas servem funções regulatórias do endogrupo, no sentido de sustentar a validade dos padrões normativos grupais. Quando as expectativas relativas ao endogrupo são alvo de desvio por parte de um dos seus membros, os restantes membros endogrupais ficam num estado de elevada atenção, questionando a consonância existente entre os respectivos *selves* e as normas relevantes para o endogrupo. Desencadeiam-se, assim, um processo de averiguação, na busca por padrões que sejam valorizados e, por outro lado, um processo de monitorização, de forma a que os padrões encontrados sejam aceites pelos membros do endogrupo (*ibidem*, 2001).

Estas normas aplicam-se então quando membros endogrupais não se comportam em conformidade com as expectativas estabelecidas para o grupo (*ibidem*, 2001). Como tal, quando os padrões normativos grupais são violados, as normas prescritivas ficam mais salientes (Abrams et al., 2005). Esta saliência resulta numa tentativa de legitimar a imagem positiva do grupo (*ibidem*, 2005), tentativa essa que surge pela motivação dos membros grupais em preservar a validade subjectiva das normas do grupo, corrigindo ou removendo os desafios que lhes são colocados, bem como recolhendo evidências externas ao grupo que apoiem a validação das mesmas (*ibidem*, 2005). Para concluir, a focalização prescritiva sobre comportamentos que violam os padrões do endogrupo é também importante na decisão sobre as reações (inclusivas e exclusivas) dirigidas sobre os membros desviantes (*ibidem*, 2005).

3.4 Reações ao desvio: Estratégias de Inclusão vs. Exclusão

Que motivos levam as pessoas a reagir tão fortemente contra indivíduos desviantes com os quais partilham um mesmo grupo, derogando e rejeitando-os (Marques et al., 2001)? O que acontece é que a derrogação de membros desviantes endogrupais reforça o comprometimento dos restantes membros com grupo (*ibidem*, 2001). Por outras palavras, ao punir os membros que não validam as normas do grupo, os membros normativos estão a reforçar o seu comprometimento com estas (*ibidem*, 2001). A questão que se coloca é se essa reação face ao desvio se dá numa perspetiva de reintegrar o indivíduo no grupo ou se o objetivo passa por excluí-lo do mesmo. Assim, torna-se necessário abordar as reações numa abordagem de inclusão ou exclusão do desviante endogrupal.

Tanto a inclusão como a exclusão social dão-se num contexto de interação entre o indivíduo e o grupo. Contudo, a inclusão acontece quando o grupo percebe que a contribuição do indivíduo para os objetivos grupais é positiva, enquanto que a exclusão dá-se quando essa contribuição é negativa (Levine, Moreland, & Hausmann, 2005). No último caso, as pessoas vão iniciar uma tentativa, implícita ou explícita, de remover psicológica (e.g. definindo-o como distinto dos restantes membros) e/ou fisicamente (e.g. negar-lhe a entrada em território endogrupal) o indivíduo do endogrupo (Fritzsche & Schubert, 2009). Em seguida descrevemos algumas estratégias que possibilitam a inclusão e exclusão social de indivíduos desviantes: a aceitação, a punição, o ostracismo e a marginalização.

3.4.1 Aceitação

O desvio intragrupal surge sempre como uma ameaça para a identidade dos membros endogrupal. Como tal, a aceitação de desvio dentro do seio grupal é algo difícil de concretizar. Contudo, espera-se uma atitude mais tolerante face à aceitação de diversidade grupal, e até mesmo uma celebração da mesma, quando o desvio parte de um indivíduo altamente empreendedor ou quando se procura conduzir o grupo para um novo rumo. Por outras palavras, mesmo tendo uma opinião contra-normativa, um indivíduo que apresenta um elevado contributo para a perssecução dos objetivos do grupo deverá ser aceite por este, da mesma forma que a diversidade de opiniões dentro do grupo pode ter consequências positivas para um novo rumo que o grupo queira ou deva tomar (Hogg, Fielding, & Darley, 2005).

3.4.2 Punição

A necessidade de punir pode ser defenida como uma forma de castigar alguém que intencionalmente tenha quebrado uma lei, regra, norma ou expectativa (Vidmar & Miller, 1980). Estes indivíduos podem ser punidos sob duas perspetivas: as pessoas podem querer reintegrá-lo ou eliminá-lo do grupo.

Reações Inclusivas. Nesta perspetiva, a punição inibe a ocorrência de comportamentos indesejáveis no futuro, fazendo com que o desviante se comprometa de novo com as normas do grupo (Daniels, 1998; Carlsmith, Darley, & Robinson, 2002). Esta técnica está associada à educação escolar, onde alguns professores recorrem a estratégias como o *time-out* para controlar maus comportamentos por parte dos alunos (Braaten et al., 1988; Cuenin & Harris, 1986 citado em Daniels, 1998).

Reações Exclusivas. Quando a punição surge como um fim em si mesmo (Carlsmith et al., 2002), ou seja, quando as pessoas detetam que existe um desviante no seio do grupo que ameaça os valores fundamentais deste, e que coloca as suas ligações com o grupo em risco (Vidmar & Miller, 1980). O propósito de punir esse desviante passa por fazer com que ele pague pela transgressão que cometeu, excluindo-o (Carlsmith et al., 2002). Isto acontece, por exemplo, quando graves crimes (e.g. homicídio) são cometidos, onde a possibilidade de reintegração do indivíduo é muito pequena, pois mesmo após terem cumprido sentença, a sociedade encarrega-se de os excluir da sociedade.

3.4.3 Ostracismo

A sensação de que somos invisíveis, principalmente quando o sentimos por parte de pessoas que nos são próximas, magoa-nos profundamente (Williams, 2001). É como se para essas pessoas nós não existissemos (*ibidem*, 2001). Este fenómeno, que nos faz sentir excluídos das interações sociais que nos circundam, designa-se ostracismo (*ibidem*, 2001). Despoletando nas suas vítimas sentimentos negativos bem como consequências comportamentais significativas sob a forma de agressão que, por sua vez, demonstram sentimentos de frustração, de raiva e mesmo de retaliação para com as fontes de ostracismo (Williams & Govan, 2005). O objetivo em ostracizar pode passar por reincluir esse indivíduo ou expulsá-lo do grupo (Williams, 2001).

Reações Inclusivas. Nesta perspetiva, o objetivo do ostracismo passa por corrigir o comportamento do desviante, no sentido de o tornar aceitável de novo para o grupo (Williams & Govan, 2005). Vários estudos demonstram que após serem ostracizadas, as pessoas procuram alcançar um estatuto que lhes permitam ser reincluídas no grupo (Williams & Sommer, 1997; Gardner, Pickett, & Brewer citados em *ibidem*, 2005).

Reações Exclusivas. O isolamento, outra forma de ostracismo, pode, por sua vez, despoletar nas pessoas reações mais agressivas face à sensação de solidão (Twenge et al., 2001 citado em Williams & Govan, 2005). Este tipo de reações não só conduz à exclusão do indivíduo do seu grupo de pertença, como também o torna menos viável para ingressar noutros grupos (*ibidem*, 2001 citado em Williams & Govan, 2005). Temos como exemplo a investigação conduzida por Gottman (1979, 1980 citado em Williams & Govan, 2005), que indica que o ostracismo entre casais pode despoletar atos de violência.

3.4.4 Marginalização

Entende-se por marginalização uma atitude negativa direcionada para com membros endogrupais que violam as normas do grupo (Fritzsche & Schubert, 2009). Consequentemente, são postos à margem do mesmo, pois constituem uma ameaça para a identidade dos restantes membros grupais, colocando-se, assim, numa posição privilegiada para serem excluídos do grupo (Hogg, Fielding, & Darley, 2005). Contudo, tal pode depender dos objetivos que este pretende alcançar, bem como das justificações dadas pelo membro marginalizado para o seu comportamento (*ibidem*, 2005). Existem várias formas de marginalização e, na sua maioria, podem conduzir à inclusão ou exclusão do membro marginalizado por parte do grupo.

Reações Inclusivas. Quando se observam membros desviantes no seio do grupo, a marginalização do indivíduo pode ter como objetivo evitar a exclusão do mesmo. Neste caso, a marginalização não é utilizada como primeiro recurso, mas antes com o propósito de socializar o desviante, no sentido de o fazer conformar com as normas do grupo (*ibidem*, 2005). O membro desviante será excluído do grupo apenas se a tentativa de o socializar não der certo.

Reações Exclusivas. Existem situações onde são os membros grupais que se põem à margem do grupo, muitas vezes pela necessidade que sentem em sair do grupo. Isto acontece, por exemplo, em casos de delinquência juvenil, que muitas vezes surgem como alternativa ao percurso escolar. Dada a dificuldade em ir de encontro a elevados padrões académicos, optam por procurar uma reputação mais favorável dentro do seu grupo de amigos através deste tipo de comportamentos (*ibidem*, 2005).

Contudo, os grupos parecem estar mais interessados na possibilidade de implementar reações de inclusão em detrimento das de exclusão, pois as primeiras garantem-lhes maiores probabilidades de satisfazer um conjunto de fatores: 1) a necessidade de participar em relações sociais e de pertencer a grupos (Baumeister & Leary, 1995 citado em Levine et al., 2005), porque as pessoas procuram pertenças personalizadas e despersonalizadas, com base na sua atratividade como indivíduos e como membros grupais, respetivamente (Ashforth, 2001; Hogg & Abrams, 1988 citado em Levine et al., 2005), e, por isso, devem considerar as reações inclusivas mais atrativas uma vez que proporcionam uma maior sensação de pertença (Levine et al., 2005); 2) a necessidade de controlar os respetivos ambientes social e físico, porque as reações inclusivas permitem que novos membros ganhem controlo sobre eles (*ibidem*, 2005) e, por último, mas não menos importante, 3) o desejo de ter uma identidade social positiva (*ibidem*, 2005), pois tal só é alcançado a partir da pertença a grupos valorizados (Tajfel & Turner, 1986 citado em Levine et al., 2005) e do desempenho de funções que sejam do agrado dos restantes membros (Rosenberg, 1981; Stryker, 1980 citado em Levine et al., 2005), pois o que estes pensam é importante para o nosso *self*, tornando mais atrativas as reações inclusivas (Levine et al., 2005).

4 Teorias das Atribuições Causais

No âmbito da psicologia social, um outro foco de estudo tem sido perceber o comportamento das pessoas e as causas que lhe estão subjacentes (Kelley & Michela, 1980). As teorias que se debruçam sobre este tópico, partilham do pressuposto de que as interpretações que as pessoas fazem do comportamento humano são essenciais para determinar as suas reações a esse comportamento (*ibidem*, 1980). Por outras palavras, as teorias das atribuições causais têm se debruçado sobre as explicações com as quais as pessoas constroem o seu comportamento e o dos outros (Heider, 1958; Jones & Davis, 1965; Kelley, 1967, 1973 citado em Hewstone, Jaspars, & Lalljee, 1982), bem como a forma como interpretam o que acontece com elas e com os outros (Dechamps, 1997).

Neste capítulo, descrevemos conceitos associados a estas teorias, entre os quais o *locus* de controlo e o erro derradeiro da atribuição causal. Abordamos também a relação encontrada em alguns estudos entre esta teoria e outras duas perspetivas: a abordagem da identidade social e o modelo da dinâmica de grupos subjetiva.

4.1 Antecedentes, Atribuições e Consequências

As pessoas recorrem a informações relativas ao comportamento e às circunstâncias que levaram à sua ocorrência, para poderem inferir a sua causa – **antecedentes**. Consequentemente, as pessoas percebem as causas desse comportamento como sendo internas ou externas ao indivíduo que o adoptou – **atribuições**. Se o comportamento foi atribuído a causas internas, então as pessoas terão o indivíduo como responsável pelas suas atitudes. Caso contrário, o comportamento esteja subjacente a causas externas, as pessoas tendem a considerar que aquele tenha sido influenciado por fatores que estão alheios ao indivíduo – **consequências** (Thibaut & Riecken, 1955 citado em Kelley & Michela, 1980).

4.2 Locus de controlo: Causalidade interna vs. externa

O *locus* de controlo procura explicar o que acontece na vida das pessoas (Dechamps, 1997). A escala Interna-Externa de Rotter (1966 citado em Dechamps, 1997) demonstra que as pessoas que controlam os seus próprios reforços comportamentais, explicam aquilo que lhes acontece recorrendo a um *locus* de controlo interno. Assim, estão dependentes do seu comportamento, características, ou capacidades, conferindo-lhes um controlo interno sobre os acontecimentos a partir de uma atribuição causal interna. Os

indivíduos que consideram que tais reforços fogem do seu controlo e são causados por forças externas, explicam aquilo que lhes acontece recorrendo a um *locus* de controlo externo. Deste modo, o acontecimento pode ser percepcionado como estando fora do controlo interno do indivíduo, podendo estar sob o controlo de elementos externos, como o destino ou a coincidência. Estamos, assim, perante uma atribuição causal externa (Dechamps, 1997). Neste sentido, iremos de seguida abordar o *locus* de controlo e respetivas atribuições causais sob uma perspetiva dos sucessos e insucessos alcançados pelas pessoas.

4.3 Atribuições: Sucesso vs. Insucesso

As pessoas tendem a associar os seus sucessos a causas internas e, pelo contrário, os seus insucessos a causas externas. Isto permite-lhes manter uma auto-estima relativamente elevada (Dechamps, 1997). Se por um lado, alguns estudos demonstram que quando o sucesso ou o insucesso aparece inesperadamente, pode ser atribuído a causas externas, noutros estudos verifica-se o oposto (*ibidem*, 1997). Neste sentido, Weiner (1972 citado em Hewstone et al., 1982) afirma a existência de quatro fatores aos quais as pessoas recorrem para explicar os sucessos e insucessos, são eles: a capacidade, o esforço, a dificuldade da tarefa e a sorte. Por sua vez, estes fatores variam em duas vertentes: o locus de controlo (internalidade vs. externalidade) e o grau de estabilidade (estável vs. instável). Posteriormente, Weiner (1979 citado em Dechamps, 1997) adicionou mais uma componente neste seu modelo: a intencionalidade (intencional vs. não intencional). Esta dimensão refere-se à perceção de controlabilidade que as pessoas têm face às suas ações.

Luginbuhl, Crowe, e Kahan (1975 citado em Dechamps, 1977) desenvolveram um estudo que demonstra que o sucesso é essencialmente explicado por causas internas, mas instáveis, o que indica que o sucesso é explicado por fatores que são controlados pelo indivíduo e estará subjacente ao esforço deste último e não das suas competências. Por sua vez, o insucesso é explicado por fatores estáveis, quer internos quer externos. Porém, quando o sucesso está subjacente às competências de um indivíduo, aquele é mais gratificante para este, pois permite-lhe esperar por mais sucessos no futuro (Dechamps, 1977). De seguida, descrevemos um processo que aborda o sucesso e o insucesso numa lógica grupal: o erro derradeiro da atribuição.

4.4 O erro derradeiro da atribuição

Ross (1977 citado em Dechamps, 1997) avançou com o erro fundamental de atribuição. Este postula que as atribuições feitas ao comportamento de um indivíduo são maioritariamente internas, isto é, as pessoas são responsáveis pelo que fazem e pelas suas condições. Contudo, não havendo consideração por possíveis fatores situacionais que o pudessem influenciar (Heider, 1958; Ross, 1977 citado em Hewstone, 1990), Pettigrew (1979 citado em Hewstone, 1990) aprimorou este conceito, designando-o como erro derradeiro de atribuição. Segundo o autor, o sucesso e o insucesso de um grupo seriam atribuídos a causas internas e externas, respetivamente (citado em Hewstone, 1990).

O primeiro estudo a contribuir para este conceito foi desenvolvido por Taylor e Jaggi (1974 citado em Hewstone, 1990; Dechamps, 1997). Os autores propuseram a um grupo de indivíduos que, de um conjunto de características, escolhessem as que melhor descreviam o seu grupo e um outro grupo e que, em seguida, lessem algumas descrições. Posteriormente, foi lhes pedido que se imaginassem numa situação de confronto com um comportamento socialmente desejável ou indesejável, por parte de um membro endo ou exogrupal, e que o explicassem de acordo com motivações internas ou externas (Hewstone, 1990). Os resultados demonstram que, os comportamentos desejáveis foram atribuídos a causas internas quando tidos por membros endogrupais, mas foram atribuídos a causas externas quando tidos por membros exogrupais. Verificou-se o oposto relativamente aos comportamentos indesejáveis (Dechamps, 1997).

4.4.1 O erro derradeiro da atribuição: abordagem da identidade social

A abordagem da identidade social tem sido utilizada como base interpretativa do erro derradeiro da atribuição. Os resultados do estudo desenvolvido por Hewstone, Jaspars, e Lalljee (1982) são prova disso. Num estudo, os autores evidenciam que na procura por uma identidade social positiva, grupos em conflito intergrupar fazem diferentes tipos de atribuições ao sucesso/insucesso dos seus membros. Neste tipo de situação intergrupar, os sucessos do endogrupo são atribuídos a causas internas, estruturando uma representação positiva do mesmo. Já o seu insucesso será atribuído a causas externas, na tentativa de minimizar o efeito deste na imagem do endogrupo. Relativamente ao exogrupo, os seus membros serão estigmatizados, verificando-se um padrão atribucional inverso, no sentido de desvalorizar a sua imagem face à do endogrupo.

Este fenómeno torna-se especialmente mais forte, pois ambos os grupos apresentam estatutos diferentes que são reconhecidos pelos mesmos. Assim, quando o endogrupo detém de um estatuto elevado e é mal sucedido, vai procurar manter a sua identidade social positiva desculpabilizando esse insucesso como subjacente a causas externas. Já quando o endogrupo apresenta um baixo estatuto, os seus membros vão procurar alcançar uma identidade social positiva afirmando que ao sucesso do exogrupo estão associadas causas externas. Deste modo, estes padrões podem contribuir para um auto-conceito positivo do endogrupo (Hewstone et al., 1982). Em seguida, abordamos alguns estudos realizados no âmbito do modelo da dinâmica de grupos subjetiva que foca as atribuições de culpa ao nível da transgressão de normas morais.

4.4.2 *Atribuições causais e motivações identitárias: Perspetiva da DGS*

As pessoas precisam de acreditar que fazem parte de uma comunidade moral e que aqueles que ousarem transgredir as normas que a sustentam serão punidos (Van Prooijen, 2009). A punição é a forma que as pessoas encontram para se desassociarem do transgressor, excluindo-o do grupo, revalidando as normas violadas (Vidmar, 2002 citado em Van Prooijen, 2009).

A maioria dos estudos desenvolvidos a partir do modelo de dinâmicas de grupo subjetiva assumem o desvio de acordo com a indesejabilidade dos membros grupais de endogrupo vs. exogrupo (Abrams et al., 2000; Marques & Páez, 1994; Marques et al., 2001 citado em Van Prooijen, 2009). Contudo, existe um conjunto de estudos que se debruça sobre julgamentos a transgressores criminais (Van Prooijen, 2009). A verdade, é que a culpa subjacente a atos desta natureza pode levantar muitas questões e ter subjacente interpretações algo subjetivas (*ibidem*, 2009). Nos estudos que mencionaremos posteriormente, a culpa na transgressão de normas morais por parte de membros endogrupais, depende em muito das provas apresentadas a favor ou não do transgressor (Vidmar, 2002 citado em Van Prooijen, 2009). Se a culpa do transgressor for difícil de contra-argumentar, a única forma que o grupo tem de proteger a sua identidade social positiva é excluindo-o simbolicamente (Vidmar, 2002 citado em Van Prooijen, 2009). Assim, neste contexto os efeitos ovelha negra são generalizados ao domínio da moral (Kerr et al., 1995; Van Prooijen, 2006; Van Prooijen & Lam, 2007 citado em Van Prooijen, 2009).

A possibilidade de um membro endogrupal violar as normas fundamentais do grupo, faz com que as pessoas fiquem alerta para tais transgressões, pois poderão refletir

negativamente na identidade social positiva do endogrupo. Vários estudos mostram que saber o quão fortes ou fracas são as provas que determinam a culpa de um transgressor é um fator determinante na atribuição de punições aos mesmos: quando as provas contra o transgressor são fortes, são-lhe direcionadas punições mais severas. Este padrão é ainda mais evidente quando se tratam de transgressores endogrupais, dada a ameaça que o comportamento destes representa para a identidade social positiva dos restantes membros grupais (Van Prooijen, 2006). Isto significa que o efeito ovelha negra surge em função da culpabilidade do transgressor na violação da norma: quanto mais provas as pessoas têm de que o transgressor endogrupal é culpado de violar as normas, mais fortemente serão punidos. Posteriormente, Van Prooijen e Lam (2007) observaram que, quando endogrupo e exogrupo apresentam diferentes estatutos, são desencadeados processos psicológicos que influenciam as respostas punitivas para com os transgressores. Os resultados deste estudo demonstram que, existe uma reação mais punitiva face a transgressores exogrupais quando o estatuto do exogrupo é elevado. O que acontece é que o elevado estatuto do exogrupo reflete negativamente na identidade social positiva do endogrupo.

Por conseguinte, a partir do erro derradeiro da atribuição, conseguimos interpretar as atribuições causais ao nível intergrupar em duas dimensões: a comportamental e de desempenho. Em ambas as dimensões, verificamos que as pessoas procuram sempre valorizar comportamentos e desempenhos positivos dos membros endogrupais, na busca por uma identidade social positiva para o grupo. Simultaneamente, desvalorizam atitudes e resultados menos bons pelos mesmos membros, na tentativa de reduzir o impacto destes efeitos na imagem do grupo (Taylor & Jaggi, 1974 citado em Hewstone, 1990; Hewstone, Jaspars, & Lalljee, 1982).

5 Estudo

5.1 Visão geral dos estudos e hipóteses

Tendo em consideração a revisão da literatura, sabemos que o efeito ovelha negra surge como uma estratégia de derrogação para com membros endogrupais que apresentam comportamentos indesejáveis (Marques, 1986, 1990 citado em Marques et al., 1992). Ao derrogar os membros indesejáveis, os indivíduos estão a mostrar o seu empenho com a norma violada, e consequentemente a validar, ainda que de forma subjetiva, os padrões normativos do endogrupo. Consequentemente, restauram o valor da sua identidade social (Marques et al., 1998).

De acordo com o erro derradeiro da atribuição, tanto a desejabilidade comportamental como o sucesso de membros grupais está subjacente a causas internas ou externas. Taylor e Jaggi (1974 citado em Dechamps, 1997), verificaram que no seio endogrupal, geralmente, os comportamentos desejáveis são atribuídos a causas internas, enquanto que as condutas indesejáveis a causas externas. Contudo, Hewstone e colegas (1982) abordam o fenómeno da atribuição causal sob uma perspetiva de contribuição para os objetivos grupais, ou seja, se os membros do grupo são bem sucedidos ou não. Deste modo, quando estes contribuem com sucesso para o grupo, esse sucesso será atribuído a causas internas do próprio membro. Quando, pelo contrário, este é mal sucedido na contribuição para os objetivos do grupo, o seu desempenho é atribuído a causas externas (Hewstone et al., 1982). Podemos, então pensar, que os membros que contribuem negativamente para o sucesso do grupo podem ser percebidos ao mesmo nível dos membros indesejáveis: põem em causa o valor positivo da identidade social dos indivíduos. Assim, no sentido de a restaurar e de fazer com que os restantes membros endogrupais não sintam a sua identidade ameaçada (Eidelman, Silvia, & Biernat, 2006 citado em Chan et al., 2009), a fonte de desvio pode ser alvo de exclusão ou marginalização por parte do endogrupo (Chan, Louis, & Hornsey, 2009).

Testámos estas ideias neste estudo experimental. Dissemos aos participantes que iriam avaliar alunos da sua escola e de outra escola do concelho, onde o estudo já tinha decorrido. Comunicamos-lhes que, a avaliação do Ministério da Educação aos resultados de ambas as escolas nos exames (Classificação do Grupo Alvo) serviu de base para entrevistar alguns alunos que os realizaram. Dissemos-lhes também que, dessas entrevistas escolhemos apenas duas, onde a opinião face à escola e os resultados obtidos diferenciava

(Desempenho do Membro Alvo). Assim, medimos a identificação dos participantes com o endogrupo e pedimos-lhes que validassem a opinião desses dois alunos. Seguiu-se a avaliação destes, a atribuição de causas aos seus resultados e o seu acordo com algumas estratégias de reação, terminando com o *debriefing*. Prevemos que (Hipótese 1) na condição endogrupal Classificação Positiva do Endogrupo e Desempenho Negativo do Membro Alvo o desviante será pior avaliado. Conforme explicámos anteriormente, comportamentos indesejáveis e maus resultados podem ser percecionados como desvio daquilo que são as normas e os objetivos do grupo (Marques et al., 2001), principalmente quando este apresenta uma classificação positiva. Prevemos que (Hipótese 2) na Condição Desempenho Positivo do Membro Alvo, os bons resultados sejam preferencialmente atribuídos a fatores internos positivos, e que (Hipótese 3) na Condição Desempenho Negativo do Membro Alvo, os maus resultados sejam preferencialmente atribuídos a fatores externos negativos. Dado que é pedido aos participantes que se baseiem nos resultados dos alunos para inferir as causas subjacentes aos mesmos (Hewstone et al., 1982), esperamos que os respetivos comportamentos não influenciem essas atribuições. Prevemos, ainda, que (Hipótese 4) na condição endogrupal Classificação Positiva do Endogrupo e Desempenho Negativo do Membro Alvo o desviante seja alvo de uma exclusão mais acentuada. Uma vez que o endogrupo detém de uma classificação positiva, o desvio proveniente deste membro põe em causa a sua identidade social positiva, bem como a dos restantes membros endogrupais. Assim, a única forma que o grupo tem de se proteger a si e aos seus membros é excluindo o desviante endogrupal (Vidmar, 2002 citado em Van Prooijen, 2009).

5.2 Método

5.2.1 Participantes

Neste estudo participaram 119 estudantes (49 do sexo masculino e 70 do sexo feminino) do ensino secundário. A idade dos participantes varia entre os 15 e os 21 anos ($M = 16.78$, $DP = 0.87$). Não existem diferenças significativas entre as condições experimentais na variável sexo $\chi^2(1) = 5.54$, ns., nem na variável idade, $F(7,111) = 1.085$, ns.

5.2.2 *Plano Experimental*

O plano experimental é um 2 (Grupo Alvo: Endogrupo vs. Exogrupo) X 2 (Membro Alvo: Normativo vs. Desviante) X 2 (Classificação do Grupo Alvo: Positiva vs. Negativa) X 2 (Desempenho do Membro Alvo: Positiva vs. Negativa), em que Grupo Alvo, Classificação do Grupo Alvo e Desempenho do Membro Alvo são fatores inter-sujeitos e Membro Alvo é um fator intra-sujeitos.

5.2.3 *Procedimento*

Os participantes foram informados de que iriam participar numa investigação a nível nacional, que visava o estudo dos resultados das escolas e dos seus alunos nos exames nacionais do ensino secundário. Para além disso, receberam também a falsa informação de que o estudo estava estruturado em duas fases. Numa primeira fase, a equipa de investigação teria recolhido dados relativos a um relatório fictício que o Ministério da Educação supostamente elaborara acerca dos resultados da escola e, posteriormente, teria realizado algumas entrevistas, de forma aleatória, junto de alunos que tinham realizado os exames nacionais no ano transato. Com base na informação recolhida, a equipa de investigação desenvolveu um mini-relatório, onde constam também as classificações dos respetivos alunos.

Manipulação Grupo Alvo. O Grupo Alvo foi manipulado na apresentação da transcrição do relatório ficcional do Ministério da Educação. No caso do endogrupo, quer o aluno normativo quer o deviante frequentavam a Escola Secundária de Ermesinde (escola dos participantes), enquanto no caso do exogrupo ambos frequentavam a Escola Secundária de Valongo (escola rival).

Manipulação Classificação do Grupo Alvo. A Classificação do Grupo Alvo foi manipulada na apresentação da transcrição do relatório ficcional do Ministério da Educação. Em metade das condições dissemos que a escola “obteve uma classificação geral superior à média nacional” e na outra que a escola “obteve uma classificação geral inferior à média nacional”.

Manipulação do Membro Alvo. O Membro Alvo foi manipulado no relatório fictício que nós elaboramos. Em todas as condições apresentamos dois alvos com atitudes e opiniões distintas face à escola que frequentam: um aluno que “sente-se bem integrado e identifica-se com a escola e colegas” e que considera que “tanto os alunos como os

professores, e até a escola enquanto instituição, estão envolvidos no sentido de melhorar os resultados da escola” e outro que “não se sente integrado e não se identifica com a escola e colegas” e afirmava que “a escola não tem as condições mínimas para que possam obter bons resultados, porque não há preocupação pelo bom desempenho dos alunos e consequentemente da escola”. O primeiro aluno corresponde ao membro normativo e o segundo ao membro desviante.

Manipulação Desempenho do Membro Alvo. O Desempenho do Membro Alvo foi também manipulado no relatório. Em metade das condições, apresentamos os resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais como positivos e, na outra metade, como negativos.

5.2.4 Medidas Dependentes

Identificação com o Endogrupo. Com o objetivo de medir a identificação com a escola, os participantes responderam às seguintes questões: (1) “Sinto-me orgulhoso(a) por ser aluno(a) desta escola”; (2) “Esta escola não vai de encontro às minhas expectativas”; (3) “Ser aluno(a) desta escola é importante para mim”; (4) “Represento o aluno típico desta escola”; (5) “Preferia estudar noutra escola”; (6) “Tenho muitos amigos nesta escola”; (7) “Sinto-me desiludido(a) com esta escola”; (8) “Considero-me semelhante à maioria dos alunos desta escola”; (9) “Não me identifico com os alunos desta escola”; (10) “Gosto de ser aluno desta escola”; (11) “Sinto-me satisfeito(a) por estudar nesta escola”; (12) “Ser aluno(a) desta escola não tem significado para mim”; (13) “Valorizo os ideais que a escola nos transmite”; e (14) “Sinto-me envergonhado(a) por fazer parte desta escola”. Todos estes itens foram avaliados numa escala de sete pontos (1 = Nada; 7 = Muito). Construímos um índice de Identificação com o Endogrupo que resulta da média dos restantes itens (α de Cronbach = .80).

Concordância com a opinião dos Membros Alvo. Pedimos aos participantes que validassem a opinião de ambos os alvos, revelando o seu grau concordância com essas mesmas opiniões. Estas foram validadas numa escala de sete pontos (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente).

Avaliação dos Membros Alvo. Solicitamos aos participantes que avaliassem os dois membros-alvo em nove traços bi-polares: (1 = egoísta; mau colega; mau exemplo; não respeitador; sem princípios; sem bom senso; invejoso; desinteressante; desleal; 7 = altruísta; bom colega; bom exemplo; respeitador; com princípios; com bom senso; generoso; interessante; leal). Construímos dois índices de Avaliação, um para o Membro

Normativo (α de Cronbach = .93) e outro para o Membro Desviante (α de Cronbach = .93).

Causas atribuídas às classificações obtidas pelos Membros Alvos. Pedimos aos participantes que avaliassem as causas subjacentes aos resultados dos dois membros-alvo em oito causas bi-polares: (1 = esforço; sorte; inteligência; muito estudo; bons professores; exame fácil; concentração; bons colegas de turma; 7 = falta de esforço; azar; pouca inteligência; pouco estudo; maus professores; exame difícil; desatenção; maus colegas de turma). De mencionar que, as causas às quais foi atribuído o valor 1 têm uma valência positiva e às que foram atribuídas o valor 7 têm um valor negativo, independentemente das atribuições se referirem a causas internas ou externas. Estes itens foram submetidos a duas análises fatoriais, uma para cada alvo, com rotação Varimax (ver Quadro 1), das quais foram extraídos dois fatores, tanto no que se refere à atribuição do comportamento do membro normativo como à atribuição do comportamento do membro desviante. Para o membro normativo, a Atribuição de Fatores Internos (Factor 1) e a Atribuição de Fatores Externos (Factor 2) explicam, respetivamente, 53.95% e 13.16% da variância. Agrupámos os itens em duas medidas correspondentes aos dois fatores (α de Cronbach = .93 e .63, respetivamente).

Quadro 1. Análise Fatorial de Componentes Principais utilizando uma rotação Varimax: Extração dos fatores Atribuições Causais Internas (Fator 1) e Atribuições Causais Externas (Fator 2) ao Membro Normativo

	Componentes	
	1	2
Esforço vs. Falta de Esforço	.835	.274
Sorte vs. Azar	.609	.173
Inteligência vs. Pouca Inteligência	.719	.414
Muito Estudo vs. Falta de Estudo	.817	.290
Bons Professores vs. Maus Professores	.349	.737
Exame Fácil vs. Exame Difícil	.614	-.159
Concentração vs. Falta de Concentração	.863	.321
Bons Colegas de Turma vs. Maus Colegas de Turma	.036	.860

Para o membro desviante, temos os mesmos fatores (ver Quadro 2). No entanto, o Fator 1 e o Fator 2 explicam, respetivamente, 42.08% e 19,78% da variância. Novamente, agrupámos os itens em duas medidas correspondentes aos dois fatores (α de Cronbach =

.92 e .57, respetivamente). Rotulámos esses fatores de Atribuição de Fatores Internos (ao Normativo / Desviante) e Atribuição de Fatores Externos (ao Normativo / Desviante).

Quadro 2. Análise Fatorial de Componentes Principais utilizando uma rotação Varimax: Extração dos fatores Atribuições Causais Internas (Fator 1) e Atribuições Causais Externas (Fator 2) ao Membro Desviante

	Componentes	
	1	2
Esforço vs. Falta de Esforço	.887	-.257
Sorte vs. Azar	.423	.455
Inteligência vs. Pouca Inteligência	.860	.037
Muito Estudo vs. Falta de Estudo	.924	-.165
Bons Professores vs. Maus Professores	.141	.819
Exame Fácil vs. Exame Difícil	-.050	.230
Concentração vs. Falta de Concentração	.868	-.092
Bons Colegas de Turma vs. Maus Colegas de Turma	.178	.741

Inclusão vs. Exclusão do Desviante. Os participantes deram o seu grau de acordo em relação a um conjunto de atitudes que se poderia adotar em relação aos alvos. Esta opinião foi feita a partir de nove itens: (1) “Devem aceitá-lo(a) como ele(a) é.”; (2) “Devem convidá-lo(a) para sair.”; (3) “Cada um tem a sua maneira de ser.”; (4) “Devem ajudá-lo(a) a ultrapassar as dificuldades.”; (5) “Devem integrá-lo(a) nas atividades da turma.”; (6) “Há pessoas que simplesmente não mudam.”; (7) “Não devem falar com ele(a).”; (8) “Não devem ser amigo dele(a).”; e (9) “Devem ignorá-lo(a).”. Todos estes itens foram avaliados numa escala de sete pontos (1 = Discordo Completamente; 7 = Concordo Completamente).

Estes itens foram também submetidos a uma análise fatorial com rotação Varimax (ver Quadro 3), da qual foram extraídos três fatores. Sendo que o Fator 3 é composto por apenas um item, decidimos excluir este fator. Rotulámos apenas dois desses fatores de Inclusão (Fator 1) e Exclusão (Fator 2) que explicam, respetivamente, 48.5% e 16.3% da variância. Agrupamos os itens em duas medidas correspondentes aos dois fatores (α de Cronbach = .85 e .93). De mencionar que, os itens Inclusão e Exclusão têm escalas inversas: Inclusão (1 = excluir; 7 = incluir) e Exclusão (1 = incluir; 7 = excluir).

Quadro 3. Análise Fatorial de Componentes Principais utilizando uma rotação Varimax: Extração dos fatores Reações de Inclusão (Fator 1) e Reações de Exclusão (Fator 2) face ao Membro Desviante

	Componentes		
	1	2	3
Devem aceitá-lo como ele é.	.801		
Devem convidá-lo para sair.	.756		
Cada um tem a sua maneira de ser.	.733		.302
Devem ajudá-lo a ultrapassar as dificuldades.	.764	.362	
Devem integrá-lo nas atividades da turma.	.735	.391	
Há pessoas que simplesmente não mudam.			.962
Não devem falar com ele.		.911	
Não devem ser amigo dele.		.939	
Devem ignorá-lo.		.864	

5.3 Resultados

Dado que, após uma primeira análise dos resultados, verificamos que não haviam resultados significativos ao nível das condições exogrupais, optámos por focar a nossa análise nas condições relativas ao endogrupo. Por conseguinte, os resultados que em seguida revelamos, à exceção da Identificação com o Endogrupo, abrange a metade da amostra referente às condições endogrupais.

Identificação com o Endogrupo. Para confirmar a identificação dos participantes com a sua escola, previamente às manipulações experimentais, recorremos a uma comparação de médias. Os participantes revelam uma certa indiferença quanto à sua identificação com a sua escola (ver Quadro 4) e não há diferenças significativas entre as condições experimentais $F(7,111) < 1$.

Quadro 4. Identificação dos Participantes com o Endogrupo

	Endogrupo com Classificação Positiva	Endogrupo com Classificação Negativa	Exogrupo com Classificação Positiva	Exogrupo com Classificação Negativo
Desempenho Positivo	$M = 4.42, DP = 1.20$	$M = 4.70, DP = 0.78$	$M = 4.40, DP = 0.84$	$M = 4.21, DP = 0.54$
Desempenho Negativo	$M = 4.44, DP = 0.71$	$M = 4.12, DP = 0.80$	$M = 4.16, DP = 0.60$	$M = 4.30, DP = 0.55$

Avaliação. Esperávamos que a avaliação do membro desviante do endogrupo fosse mais desfavorável quando este apresentasse um desempenho negativo e pertencesse a endogrupo com uma classificação positiva. Neste sentido, realizámos uma ANOVA de medidas repetidas Grupo Alvo x Membro Alvo x Classificação do Grupo Alvo x Desempenho do Membro Alvo sobre a Avaliação dos Membros Normativo e Desviante. Ao contrário do que esperávamos, não obtivemos uma interação total significativa, $F(1,111) < 1$. Verificámos um único efeito significativo, o de Avaliação, $F(1,111) = 49.188, p < .001$, que mostram que o membro normativo é mais positivamente avaliado do que o membro desviante (ver Tabela 1; Outros efeitos: Avaliação x Grupo Alvo, $F(1,111) < 1$; Avaliação x Classificação do Grupo Alvo, $F(1,111) < 1$; Avaliação x Desempenho do Membro Alvo, $F(1,111) < 1$; Avaliação x Grupo Alvo x Classificação do Grupo Alvo < 1 ; Avaliação x Grupo Alvo x Membro Alvo, $F(1,111) < 1$; Avaliação x Classificação do Grupo Alvo x Membro Alvo, $F(1,111) = 2.228, ns$). Os resultados mostram que não existem diferenças significativas na forma como os participantes avaliam os alvos normativo e desviante entre as várias condições (ver Quadro 5).

Quadro 5. Avaliação dos Membros Normativo e Desviante do Endogrupo em função da Classificação deste e do Desempenho do Alvo

		Endogrupo com Classificação Positiva	Endogrupo com Classificação Negativa
Desempenho Positivo	Membro Normativo	$M = 5.09, DP = 1.45$	$M = 5.27, DP = 1.17$
	Membro Desviante	$M = 4.16, DP = 1.37$	$M = 4.01, DP = 1.34$
Desempenho Negativo	Membro Normativo	$M = 5.19, DP = 0.90$	$M = 4.81, DP = 0.88$
	Membro Desviante	$M = 3.76, DP = 0.98$	$M = 3.78, DP = 0.82$

Atribuições. Para testar a ideia de que as atribuições internas estariam associadas a desempenhos positivos e atribuições externas a desempenhos negativa, realizámos duas ANOVA para medidas repetidas: Atribuições ao Normativo (Interna vs. Externa) x Grupo Alvo x Classificação do Grupo x Desempenho do Alvo, e Atribuições ao Desviante (Interna vs. Externa) x Grupo Alvo x Classificação do Grupo x Desempenho do Alvo. A ANOVA referente às Atribuições ao Normativo, demonstrou que a interação total esperada

não se verificou $F(1,110) = 1.121$, *ns*. Encontrámos ainda dois efeitos significativos: Atribuições ao Normativo $F(1,110) = 15.132$, $p < .001$, e Atribuições ao Normativo x Desempenho do Alvo $F(1,110) = 54.432$, $p < .001$. Os resultados mostram que os participantes atribuem causas internas mais positivas quando o membro normativo apresenta um desempenho positivo ($M = 2.42$, $DP = 1.35$), do que quando apresenta um desempenho negativo e que atribuem causas externas mais negativas quando apresenta um desempenho negativo ($M = 3.39$, $DP = 1.14$) do que quando apresenta um desempenho positivo (ver Quadro 6). Relativamente à ANOVA referente às Atribuições ao Desviante, esta revelou que a interação esperada não se verificou $F(1,111) < 1$. Decompondo a interação total, constatamos dois efeitos significativos: Atribuições ao Desviante $F(1,111) = 4.990$, $p < .001$, e Atribuições ao Desviante x Desempenho do Alvo $F(1,111) = 26.424$, $p < .001$. Os resultados mostram que os participantes atribuem causas internas e externas mais negativas ao membro desviante ($M = 5.00$, $DP = 1.00$ e $M = 4.71$, $DP = .84$, respetivamente) quando o desempenho deste é negativo (ver Quadro 7).

Quadro 6. Atribuições Causais ao Membro Normativo em função do seu Desempenho

	Desempenho do Alvo Positivo	Desempenho do Alvo Negativo
Atribuições Internas	$M = 2.42$, $DP = 1.35$	$M = 4.75$, $DP = 1.18$
Atribuições Externas	$M = 2.85$, $DP = 1.28$	$M = 3.39$, $DP = 1.14$

Quadro 7. Atribuições Causais ao Membro Desviante em função do seu Desempenho

	Desempenho do Alvo Positivo	Desempenho do Alvo Negativo
Atribuições Internas	$M = 3.15$, $DP = 1.58$	$M = 5.00$, $DP = 1.00$
Atribuições Externas	$M = 3.90$, $DP = 1.03$	$M = 4.71$, $DP = 0.84$

Estratégias de Inclusão vs. Exclusão. Esperávamos que a predisposição dos participantes em incluir o membro desviante do endogrupo fosse menor quando este apresentasse um desempenho negativo e pertencesse a grupo com uma classificação positiva. Elaboramos uma ANOVA para medidas repetidas Estratégias (Inclusão vs. Exclusão) x Grupo Alvo x Classificação do Grupo x Desempenho do Alvo. Tal interação, não se mostrou significativa $F(1,110) < 1$. No entanto, verificámos dois efeitos significativos: Estratégias $F(1,110) = 700.389$, $p < .001$, e Estratégias x Grupo Alvo x Classificação do Grupo Alvo $F(1,110) = 5.021$, $p < .05$. Os resultados revelam que os

participantes estão mais predispostos a incluir o membro desviante (Inclusão: $M = 6.12$, $DP = .85$; Exclusão: $M = 1.30$, $DP = .60$) quando o endogrupo apresenta uma classificação negativa (ver Quadro 8).

Quadro 8. Estratégias de Reação ao Desvio em função do Grupo Alvo e da Classificação do mesmo

	Endogrupo com Classificação Positiva	Endogrupo com Classificação Negativa
Incluir Desviante	$M = 5.57$, $DP = 1.21$	$M = 6.12$, $DP = .85$
Excluir Desviante	$M = 1.84$, $DP = 0.96$	$M = 1.30$, $DP = 0.60$

Correlações Exploratórias. No sentido de procurar mais resultados que pudessem ser relevantes para o nosso estudo, efetuamos uma Correlação de Pearson na procura por correlações que apoiassem as nossas hipóteses. Em seguida, descrevemos, por condição experimental, as correlações que nos parecem mais pertinentes.

Na condição Endogrupo com Classificação Positiva e Desempenho Negativo dos Membros Alvo, encontrámos três correlações positivas envolvendo a identificação endogrupal, nomeadamente com as avaliações dos membros normativo e desviante, $r = 0.45$, $p = .094$ e $r = 0.50$, $p = .057$, respetivamente, e com a inclusão do desviante, $r = 0.44$, $p = .104$. Assim, quanto mais os participantes se identificam com o endogrupo mais positivas são as suas avaliações dos membros normativo e desviante, e maior será a predisposição para incluir o desviante. Ainda nesta condição, verificámos uma correlação negativa entre a Avaliação do Normativo e as causas internas atribuídas ao desempenho do mesmo, $r = -.44$, $p = .117$. Este resultado significa que quanto pior os participantes avaliam o membro normativo mais negativas são as causas internas atribuídas ao seu desempenho.

Na condição Endogrupo com Classificação Negativa e Desempenho Positivo dos Membros Alvo, encontrámos duas correlações negativas entre a Identificação com o Endogrupo e a Avaliação do Desviante, $r = -0.42$, $p = .119$, e entre a Identificação com o Endogrupo e a Inclusão do Desviante, $r = -.44$, $p = .103$. Deste modo, quanto menos os participantes se identificam com o endogrupo mais positivamente avaliam o membro desviante e mais predispostos estão para o incluir.

Por último, na condição Endogrupo com Classificação Negativa e Desempenho Negativo dos Membros Alvo, encontrámos duas correlações negativas entre a Avaliação

do Normativo e a Atribuição de Fatores Internos ao mesmo – sendo esta significativa –, $r = -.56$, $p < .05$, e a Avaliação do Desviante e a Atribuição de Fatores Internos ao mesmo, $r = -.43$, $p = .110$. Estes resultados significam que quanto pior são avaliados, mais negativas são as causas internas atribuídas aos desempenhos dos membros normativo e desviante.

5.4 Discussão dos Resultados

No geral, os resultados revelaram-se bastante desanimadores. Com efeito, os resultados não confirmaram a Hipótese 1: os participantes não avaliaram pior o desviante na condição Endogrupo com Classificação Positiva e Desempenho Negativo dos Membros Alvo. Podemos, contudo, afirmar que os participantes avaliam ligeiramente pior os desviantes endogrupoais na condição Desempenho Negativo dos Membros Alvo (ver Quadro 4). Ainda assim, nas condições Endogrupo com Classificação Positiva e Desempenho Negativo dos Membros Alvo e Endogrupo com Classificação Negativa e Desempenho Positivo dos Membros Alvo, verificamos uma associação positiva e outra negativa entre a identificação dos participantes com o endogrupo e a avaliação do desviante, respetivamente. Isto implica uma reação ligeiramente mais forte face ao desviante quando este apresenta um contributo negativo para o valor do grupo, mas também que tal contributo tem tendência para ser desvalorizado quando o grupo detém de um valor positivo. Isto explica-se pelo facto dos participantes se identificarem mais com um grupo que apresenta um valor positivo. Já quando o contributo do desviante para o valor do grupo é positivo, há uma tendência para o valorizar quando o valor do grupo é negativo. Neste caso, isto deve-se à falta de identificação que os participantes demonstram face a um grupo com um valor negativo.

Os resultados esperados para a Hipótese 2 foram confirmados: os participantes atribuem causa internas mais positivas aos alvos nas condições Endogrupo Desempenho Positivo dos Membros Alvo (ver Quadros 6 e 7). Isto significa que associam causas internas ao sucesso escolar dos alvos, independentemente da sua normatividade. Para além disso, na condição Endogrupo com Classificação Positiva e Desempenho Negativo dos Membros Alvo, verificamos uma associação negativa entre a avaliação do normativo e a atribuição de causas internas e, na condição Endogrupo com Classificação Negativa e Desempenho Positivo dos Membros Alvo, encontramos mais duas associações negativas

entre as avaliações do normativo e do desviante e a atribuição de causas internas. Isto reflete a opinião dos participantes de que, nestas condições, o desempenho destes alvos é atribuído a causas internas, ou seja, os participantes consideram que tais resultados são da inteira responsabilidade destes alvos.

Os resultados relativos à Hipótese 3 também foram confirmados: os participantes atribuem causas externas mais negativas aos alvos das condições Endogrupo Desempenho Negativo dos Membros Alvo (ver Quadros 6 e 7). Isto significa que associam causas externas ao insucesso escolar dos alvos, independentemente da sua normatividade.

Por último, os resultados não confirmaram a Hipótese 4: os participantes revelaram reações mais inclusivas face aos membros desviantes do endogrupo, independentemente da classificação do endogrupo e do desempenho dos membros alvo. Contudo, os participantes demonstram uma ligeira predisposição para incluir mais o desviante nas condições Endogrupo com Classificação Negativa. (ver Quadro 8). Verificaram-se, ainda assim, na condição Endogrupo com Classificação Positiva e Desempenho Negativo dos Membros Alvo, uma associação positiva e na condição Endogrupo com Classificação Negativa e Desempenho Positivo dos Membros Alvo, uma associação negativa entre a identificação com o endogrupo e a predisposição para incluir o desviante. Isto significa que, mesmo que os desviantes não tenham contribuído para o valor do endogrupo, se este detiver de um valor positivo, os participantes demonstram uma maior predisposição para o incluir, uma vez que se identificam com o valor positivo do endogrupo. No entanto, quando este detém de um valor negativo, os participantes tendem a não se identificarem com ele e, como tal, procuram incluir membros que contribuam positivamente para o valor do endogrupo, mesmo que esses membros sejam desviantes como é o caso.

6 Conclusão

Em primeiro lugar, os resultados demonstraram que, acima de tudo, existe uma certa indiferença por parte dos participantes à sua escola. Os participantes não evidenciaram uma identificação social forte com a escola; o simples facto de a frequentarem não implica que esta tenha um significado emocional para os seus alunos (Tajfel, 1972a, p.292 citado em Hogg, & Williams, 2000). Uma vez que os participantes se mostram indiferentes face à sua pertença a esta escola, supomos que tal indiferença abranja também os julgamentos que fazem da opinião e do desempenho de outros colegas. Deste modo, a ausência de resultados ao nível da identificação com o endogrupo teve um impacto negativo na avaliação que os participantes fizeram dos membros alvo, como podemos constatar em seguida.

Ao nível das avaliações dos membros alvo, concluímos que a ausência de resultados pode estar subjacente à indiferença que os participantes demonstram face ao endogrupo. Na nossa opinião, tal indiferença estende-se também aos julgamentos que fazem dos membros alvos. É como que se não tivessem legitimidade para os julgar enquanto membros do endogrupo, pois não se identificam positivamente ou negativamente com este. O único resultado que encontramos que pode ser interpretado, diz respeito à associação negativa encontrada na condição Endogrupo com Classificação Negativa e Desempenho Positivo dos Membros Alvo, entre a identificação com o endogrupo e a avaliação do membro desviante. Dado o valor negativo do endogrupo, os participantes tendem a identificar-se menos com ele e, como tal, procuram valorizar membros que contribuam para melhorar esse valor. Sendo assim, mesmo sendo um membro desviante, os participantes avaliam-no favoravelmente quando este tem um contributo positivo, na medida em que ajuda o endogrupo a alcançar um valor mais favorável.

As conclusões deste estudo ao nível das atribuições causais podem ser interpretadas de acordo com o erro derradeiro da atribuição (Pettigrew, 1979 citado em Dechamps, 1997), na medida em que verificamos que os participantes atribuem causas internas mais positivas aos membros endogrupais nas condições Desempenho Positivo dos Membros Alvo por comparação com as condições Desempenho Negativo dos Membros Alvo, e atribuem causas externas mais negativas aos membros endogrupais nas condições Desempenho Negativo dos Membros Alvo do que nas condições Desempenho Positivo dos Membros Alvo. Numa situação onde os participantes dispunham da informação relativa à normatividade e desempenho dos alvos, parece que apenas o desempenho que os alvos

tiveram nos exames determinou as atribuições que os participantes fizeram acerca do seu sucesso acadêmico. Podemos afirmar que a atribuição de causas internas positivas é mais evidente quando os membros endogrupais são bem sucedidos, e que a atribuição de causas externas negativas está mais saliente quando os membros endogrupais são mal sucedidos. Relativamente às associações encontradas entre a avaliação de membros normativos e desviantes nas condições Endogrupo Desempenho Negativo dos Membros Alvo, podemos interpretá-las de acordo com o erro fundamental da atribuição (Ross, 1977 citado em Dechamps, 1997), uma vez que os participantes associam maioritariamente causas internas aos contributos negativos do membro normativo quando o endogrupo detém de um valor positivo e, dos membros normativo e desviante quando o endogrupo detém de um valor negativo. Por outras palavras, os participantes consideram que em ambas as situações, estes membros são responsáveis pelo mau desempenho que obtiveram nos exames nacionais.

Tal como já mencionamos anteriormente, o desvio constitui uma ameaça para a identidade social positiva dos outros membros (Marques et al., 2001). Neste sentido, seria de esperar que, o desvio representasse uma maior ameaça quando surge num grupo que detém de um valor e estatuto social positivo, mas que o desempenho do membro desviante é negativo. Com efeito, este membro não só evidencia um comportamento indesejável, como um desempenho negativo nos exames nacionais. Ao contribuir duplamente de forma negativa, põe em risco o valor do grupo. Contudo, parece ser nas condições em que o Endogrupo tem uma Classificação Negativa que os participantes mostram uma maior predisposição para aceitar o desvio. Isto significa que existe uma dependência do endogrupo face ao desempenho dos seus membros para alcançar um valor positivo. Em paralelo, na condição Endogrupo com Classificação Negativa e Desempenho Positivo dos Membros Alvo, encontramos uma associação entre a identificação dos participantes com a escola e a vontade de incluir o desviante. Assim, quando o endogrupo apresenta uma classificação negativa, o desempenho positivo do desviante parece ser um fator chave para determinar a vontade de incluir o desviante com um desempenho positivo. Dado que o endogrupo apresenta um valor negativo na estrutura social, a inclusão do desviante com desempenho positivo parece ajudar a promover o grupo.

Num momento em que podemos refletir e analisar os resultados do estudo realizado, é importante mencionar o que poderia ter sido feito de forma diferente, bem como propôr futuras investigações que possam ser desenvolvidas a partir deste estudo. Começaríamos por modificar a escala que construímos ao nível das atribuições causais.

Reconhecemos que a leitura dos resultados neste âmbito teria sido mais fácil se a bipolaridade dos itens remetesse para a causalidade e não para o valor da causalidade. Isto é, se em vez de termos um item (1= sorte, 7 = azar), tivéssemos um item (1 = inteligência / falta de inteligência, 7 = sorte / azar). Talvez assim, conseguíssemos compreender de forma mais clara se o desempenho dos alvos se explicaria por causas internas ou externas.

Uma vez que optamos (após a recolha dos dados) por abordar este fenómeno tendo em conta os processos intragrupais que decorrem no endogrupo em contexto intergrupar, poderíamos ter recolhido uma amostra maior para cada uma das condições, negligenciando, logo desde o início, as condições relativas ao exogrupo. Com efeito, não só a complexidade do estudo, como a ausência de resultados significativos levou-nos a abdicar das condições relativas ao exogrupo e a focalizar-nos apenas nos resultados dos julgamentos endogrupais. .

Dado que a nossa primeira ideia seria comparar as reações a alvos endogrupais com as reações a alvos exogrupais, seria mais interessante usar como exogrupo uma instituição de ensino privada. Talvez assim, os participantes percecionassem um contexto mais competitivo, uma vez que os colégios privados são conhecidos por terem as classificações mais elevadas a nível nacional nos exames do ensino secundário e, por conseguinte, permitirem que os seus alunos tenham vantagem sobre os das escolas públicas no ingresso ao ensino superior. Pelo menos, achamos que, ao se estabelecer este grupo como exogrupo de comparação, os níveis de identificação dos participantes com o endogrupo fosse superior.

Ainda relacionado com o ponto anterior, consideramos que seria interessante realizar este estudo em contextos competitivos mais intensos. Inicialmente, quando começamos a pensar neste estudo, foi considerada a hipótese de o realizar num contexto desportivo, dado o seu carácter competitivo. Ainda realizámos alguns contactos com clubes desportivos numa tentativa de desenvolver a investigação com equipas de andebol. No entanto, dado o constrangimento de tempo de recolha de dados e de realização da tese, desistimos da ideia.

7 Referências Bibliográficas

- Abrams, D., De Moura, G. R., Hutchison, P., & Viki, G. T. (2005). When bad becomes good (and vice versa): Why social exclusion is not based on difference. In D. Abrams, M. A. Hogg & J. M. Marques (Eds.), *The social psychology of inclusion and exclusion*. (pp. 161-189). New York, NY US: Psychology Press.
- Carlsmith, K. M., Darley, J. M., & Robinson, P. H. (2002). Why do we punish? Deterrence and just deserts as motives for punishment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(2), 284-299. doi: 10.1037//0022-3514.83.2.284
- Daniels, V. I. (1998). How to manage disruptive behavior in inclusive classrooms. *Teaching Exceptional Children*, 1-5.
- Dechamps, J-C. (1997). Attributions or explanations in everyday life. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 6(1), 7-24. doi: 10.1080/135943297399268
- Ellemers, N., Knippenberg, A. V., De Vries, N., & Wilke, H. (1988). Social identification and permeability of group boundaries. *European journal of social psychology*, 18, 497-513.
- Fritsche, I., Schubert, T. W. (2009). Go to Hell! Determinants of motivated social exclusion. In S. Otten, K. Sassenberg, & T. Kessler (Eds.), *Intergroup Relations: The role of motivation and emotion* (pp. 129-139).
- Hewstone, M., Jaspars, J., & Lalljee, M. (1982) Social representations, social attribution and social identity: The intergroup images of “public” and “comprehensive” schoolboys. *European Journal of Social Psychology*, 12, 241-269.
- Hewstone, M. (1990). The “ultimate attribution error”? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311-335.
- Hogg, M. A., & Abrams, D. (1999). Social identity and social cognition: Historical background and current trends. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Social Identity and Social Cognition*. (pp. 1-19). Malden: Blackwell.

- Hogg, M. A., Terry, D. J., & White, K. M. (1995). A tale of two theories: A critical comparison of identity theory with social identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 58(4), 255-269.
- Hogg, M. A. & Williams, K. D. (2000). From i to we: Social identity theory and the collective self. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice*, 4(1), 81-97. doi : 10.1037//1089-2699.4.1.81
- Hogg, M. A., Fielding, K. S., & Darley, J. (2005). Fringe Dwellers: Processes of deviance and marginalization in groups. In D. Abrams, M. A. Hogg, & J. M. Marques (Eds.) *The Social Psychology of Inclusion and Exclusion* (pp. 191-210). Psychology Press: New York.
- Jackson, L. A., Sullivan, L. A., Harnish, R., & Hodge, C. N. (1996). Achieving positive social identity: social mobility, social creativity, and permeability of group boundaries. *Journal of personality and social psychology*, 70(2), 241-254.
- Kelley, H. H. & Michela, J. L. (1980). Attribution theory and research. *Annual Review of Psychology*, 31, 457-501.
- Levine, J. M., Moreland, R. L., & Hausmann, L. R. M. (2005). Managing group composition: Inclusive and exclusive role transitions. In D. Abrams, M. A. Hogg, & J. M. Marques (Eds). *The social psychology of inclusion and exclusion* (pp. 137-160). New York, NY US: Psychology Press.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1991). Self-stereotyping and self-enhancement in gender groups. *European Journal of Social Psychology*, 21, 403-417.
- Marques, J. M. (2000). Desvio, normatividade e dinâmica de grupos subjectiva. Sumário da lição de síntese elaborada nos termos do artigo 9º alínea b) do Decreto-Lei nº 301/72 de 14 de Agosto do Estatuto de Carreira Docente Universitária no quadro das provas para o título de agregado no 1º Grupo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Universidade do Porto, Porto.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Leyens, J.-P. (1988). The “black sheep effect”: Extremity of judgements towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.

- Marques, J. M., Robalo, E. M. & Rocha, S. A. (1992). Ingroup bias and the “black sheep effect”: Assessing the impact of social identification and perceived variability on group judgements. *European Journal of Social Psychology*, 22, 331-352.
- Marques, J. M. & Páez, D. (1994). The “black sheep effect”: Social categorization, rejection of ingroup deviates, and perception of group variability. *European Review of Social Psychology*, 5, 37-64.
- Marques, J. M., Páez, D. & Abrams, D. (1998). Identity and group / intergroup processes: Social identity and intragroup differentiation as subjective social control. In S. Werchel, J. F. Morales, D. Páez & J.-C. DeChamps (Eds.) *Social identity: International perspectives* (pp. 124-141). New York, US: Sage.
- Marques, J. M., Abrams, D., Páez, D. & Hogg, M. A. (2001). Social categorization, social identification and rejection of deviant group members. In M. Hogg & R. Tindale (Eds.) *Blackwell Handbook of Social Psychology*. (pp. 400-424). Oxford, UK: Blackwell.
- Stets, J. E. (2005). Examining emotions in identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 68, 39-56. doi: 10.1177/019027250506800104
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Social Science Information*, 13(2), 65-93. doi : 10.1177/053901847401300204
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings* (2001), pp. 94-109. New York, NY US: Psychology Press.
- Turner, J. C. (1999). Some current issues in research on social identity and self-categorization theories. In N. Ellemers, R. Spears, & B. Doosje (Eds.), *Social Identity: Context, commitment, context* (pp. 6-34). Massachusetts. Blackwell.
- Turner, J. C., Brown, R. J., & Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9, 187 – 204.

- Van Prooijen, J-C. (2006). Retributive reactions to suspected offenders: The importance of social categorizations and guilt probability. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32(5), 1-13. doi : 10.1177/0146167205284964
- Van Prooijen, J-C., & Lam, J. (2007). Retributive justice and social categorization: The perceived fairness of punishment depends on intergroup status. *European Journal of Social Psychology*, 37, 1244-1255. doi: 10.1002/ejsp.421
- Van Prooijen, J-C. (2009). Offenders' social categorization: Ingroup bias or black sheep effect? In M. E. Oswald, S. Bieneck, & J. Hupfeld-Heinemann (Eds.), *Social Psychology of Punishment of Crime* (pp. 221-229).
- Vidmar, N., & Miller, D. T. (1980). Socialpsychological processes underlying attitudes toward legal punishment. *Law & Society Review*, 14(3), 565-602.
- Williams, K. D. (2001). *Ostracism*. Guildford Press: New York.
- Williams, K. D., & Govan, C. L. (2005). Reacting to ostracism: Retaliation or reconciliation? In D. Abrams, M. A. Hogg, & J. M. Marques (Eds.) *The Social Psychology of Inclusion and Exclusion* (pp. 47-62). Psychology Press: New York.

8 Anexos

Anexo I. Introdução ao Questionário



IDADE _____ Sexo: M ☐ F ☐

O desempenho das escolas nacionais (refletidos nos *rankings*) tem sido objecto de análise por parte do Ministério da Educação, uma vez que mostra a qualidade de ensino desenvolvida em cada escola, assim como espelha o empenho que professores e alunos fazem no sentido de obter melhores resultados.

É no âmbito desta análise que a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto está a desenvolver uma investigação, recorrendo ao aprofundamento do desempenho escolar, junto de escolas de todo o país. Neste contexto, pretendemos comparar a atitude dos alunos de diferentes escolas face à temática do desempenho estudantil.

As Escolas Secundárias de Ermesinde e de Valongo aceitaram colaborar nesta investigação científica. Com estas escolas, pretendemos compará-las face aos resultados por elas obtidos nos exames nacionais e ao envolvimento das mesmas juntamente com os seus alunos na preparação para os exames.

Para tal, recolhemos dados relativos às duas escolas do concelho e pretendemos agora saber a opinião dos seus alunos relativamente a esses dados, no sentido de validar e generalizar os dados recolhidos.

Peço-lhe que responda a todas as questões o mais sinceramente possível. Não existem respostas certas ou erradas, o que conta é mesmo a sua opinião.

Obrigada pela colaboração.

Anexo II. Escala de Identificação com o Endogrupo

A. ESCOLA

As afirmações que se seguem pretendem conhecer a sua relação com a escola. Gostariamos que as lesse com atenção e que respondesse a cada afirmação colocando uma cruz na quadrícula que melhor corresponde à sua opinião. As suas respostas podem variar entre 1 e 7, em que 1 corresponde a “NADA” e 7 corresponde a “MUITO”. Voltamos a relembrar que não existem respostas certas ou erradas, tratando-se da sua opinião pessoal.

	Nada				Muito		
Sinto-me orgulhoso(a) por ser aluno(a) desta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Esta escola não vai de encontro às minhas expectativas.	1	2	3	4	5	6	7
Ser aluno(a) desta escola é importante para mim.	1	2	3	4	5	6	7
Represento o aluno típico desta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Preferia estudar noutra escola.	1	2	3	4	5	6	7
Tenho muitos amigos nesta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Sinto-me desiludido(a) com esta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Considero-me semelhante à maioria dos alunos desta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Não me identifico com os alunos desta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Gosto de ser aluno desta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Sinto-me satisfeito(a) por estudar nesta escola.	1	2	3	4	5	6	7
Ser aluno desta escola não tem significado para mim.	1	2	3	4	5	6	7
Valorizo os ideais que a escola nos transmite.	1	2	3	4	5	6	7
Sinto-me envergonhado(a) por fazer parte desta escola.	1	2	3	4	5	6	7

Anexo III. Validação da Opinião dos Membros Normativo e Desviante

Para validarmos as opiniões destes alunos, gostaríamos de saber em que medida concorda com a opinião destes alunos face ao esforço da escola para um desempenho positivo?

<u>Opinião do Aluno A</u>	Discordo					Concordo	
	Totalmente					Totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7
<u>Opinião do Aluno B</u>	Discordo					Concordo	
	Totalmente					Totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7

Anexo IV. Escala de Avaliação dos Membros Alvo

Egoísta	1	2	3	4	5	6	7	Altruísta
Mau colega	1	2	3	4	5	6	7	Bom colega
Mau exemplo	1	2	3	4	5	6	7	Bom exemplo
Não respeitador	1	2	3	4	5	6	7	Respeitador
Sem princípios	1	2	3	4	5	6	7	Com princípios
Sem bom senso	1	2	3	4	5	6	7	Com bom senso
Invejoso	1	2	3	4	5	6	7	Generoso
Desinteressante	1	2	3	4	5	6	7	Interessante
Desleal	1	2	3	4	5	6	7	Leal

Anexo V. Escala de Atribuição Causal

Esforço	1	2	3	4	5	6	7	Falta de esforço
Sorte	1	2	3	4	5	6	7	Azar
Inteligência	1	2	3	4	5	6	7	Pouca inteligência
Muito estudo	1	2	3	4	5	6	7	Falta de estudo
Bons professores	1	2	3	4	5	6	7	Maus professores
Exame fácil	1	2	3	4	5	6	7	Exame difícil
Concentração	1	2	3	4	5	6	7	Desatenção
Bons colegas de turma	1	2	3	4	5	6	7	Maus colegas de turma

Anexo VI. Escala de Reação ao Desvio

Aluno B	Discordo					Concordo	
	Totalmente					Totalmente	
Devem aceitá-lo como ele é.	1	2	3	4	5	6	7
Devem convidá-lo para sair.	1	2	3	4	5	6	7
Cada um tem a sua maneira de ser.	1	2	3	4	5	6	7
Devem ajudá-lo a ultrapassar as dificuldades.	1	2	3	4	5	6	7
Devem integrá-lo nas atividades da turma.	1	2	3	4	5	6	7
Há pessoas que simplesmente não mudam.	1	2	3	4	5	6	7
Não devem falar com ele.	1	2	3	4	5	6	7
Não devem ser amigo dele.	1	2	3	4	5	6	7
Devem ignorá-lo.	1	2	3	4	5	6	7